GAEC EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GAEC Educação S.A. ("GAEC" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BMF&BOVESPA S.A."), sob o código ANIM3 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de instituições de ensino e auxilio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino em nível fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, edição e impressão de livros, jornais e outras publicações e serviços de informação na internet como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de inovação tecnológica, testes e análises técnicas, incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

Através da AGE de 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a alteração do nome empresarial da Sociedade para ÂNIMA HOLDING S/A.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.

A controlada Minas Gerais Educação ("MGE"), através da AGE de 31 de agosto de 2017, teve sua denominação social alterada para Brasil Educação S/A.

Reestruturação Societária

<u>Incorporação</u>

<u>Universidade São Judas Tadeu</u> - Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Brasil Educação S.A., realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da AMC Serviços Educacionais Ltda ("USJT") pela sua controladora Brasil Educação S.A. ("BRASIL"), com o objetivo de simplificar a estrutura societária. A USJT era uma entidade controlada integralmente pela Brasil, portanto inexistiu substituição de participação societária. Desta forma, não houve emissão de novas ações e nem alteração do capital social. O acervo liquido incorporado foi de R\$ 96.303.

<u>Politécnico Participações</u> - Em reunião realizada em 1 de dezembro de 2017, os sócios do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, aprovaram a incorporação reversa da Politécnico Participações Ltda. A operação implicou na substituição de 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda detidas pelo Politécnico Participações Ltda, por participação direta da Posse Gestão Patrimonial S.A. em 99,90% das quotas do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

As quotas do Instituto Politécnico de Ensino Ltda, de titularidade da Politécnico Participações Ltda, foram canceladas e substituídas pelas quotas de titularidade da Posse Gestão Patrimonial S.A., que assim passará a ser titular de 100% das quotas do capital social Instituto Politécnico de Ensino Ltda. O único ativo do Politécnico Participações Ltda era a participação no Instituto Politécnico de Ensino Ltda, dessa forma, o valor do patrimônio era de R\$ 0,00.

Cisão total seguida de incorporação

<u>BR Educação</u> - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2017, com objetivo de simplificar a estrutura societária, foi aprovada a cisão total da BR Educação Executiva S.A. com a versão das parcelas cindidas de seu patrimônio para as sociedades HSM do Brasil S.A, e PGP Educação S.A.

O patrimônio líquido da BR Educação foi avaliado em 31 de outubro de 2017, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 44.446 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil), conforme laudo de avaliação contábil. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo circulante	5
Ativos não circulantes	44.441
Patrimônio líquido	44.446
Acervo liquido incorporado na HSM Brasil	27.394
Acervo liquido incorporado na PGP Educação	17.052

As ações de emissão da HSM Brasil e PGP Educação de titularidade da BR Educação foram substituídas pelas ações por igual número para a Sociedade.

O acervo liquido da BR Educação incorporado pela PGP Educação no montante de R\$ 17.052 mil resultou no aumento de capital, com emissão de 42.631 ações adicionais, de forma que o capital ficou majorado em R\$ 12.313 e foi constituída uma reserva de capital no valor de R\$ 4.738.

As ações de emissão da HSM Brasil de titularidade da BR Educação foram substituídas por ações de igual número e valor para a Sociedade. Em razão da incorporação do acervo liquido da BR Educação pela HSM Brasil, houve aumento do capital social da HSM Brasil no montante equivalente ao acervo liquido da BR Educação incorporado pela HSM Brasil, equivalente a R\$ 27.394, com emissão de 68.487 ações adicionais de forma que o capital social ficou majorado em R\$ 2.739 e constituída uma reserva de capital no montante de R\$ 24.655.

Comparabilidade

A demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não inclui os resultados integrais das investidas Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico, as quais passaram a ser consolidadas a partir de 1º de fevereiro de 2016, 1º de julho de 2016, 1º de setembro de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente.

Portanto, a leitura das informações financeiras deve considerar esse aspecto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Sociedade.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.3 <u>Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto</u>

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantinha as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto:

	Locali-	Nº de	Particip	ação %
Nome da controlada	zação	Unidades	31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretas				
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	MG	17	100	100
Instituto Mineiro de Educação e Cultura Uni-BH S.A. ("IMEC")	MG	5	100	100
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte")	SP	1	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	SP	1	100	100
BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação")	SP	1	-	100
Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	MG	1	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	100	-
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	100	-
Ânima Participações Ltda	SP	1	100	-
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("SOBEPE")	SP	1	100	-
Controladas indiretas				
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	MG	1	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	SP	1	-	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	SP	1	_	100
AMC Serviços Educacionais Ltda. ("USJT")	SP	2	-	100
Sociedade Educacional de Santa Catarina ("Sociesc")	SC	8	100	100
GKT Treinamento, Consultoria e Editora Ltda ("ACAD")	SP	1	100	100
FACEB Educação Ltda ("FACEB")	MG	4	100	100
Politécnico Participações Ltda ("Politécnico")	MG	1	-	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda ("Politécnico")	MG	3	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	MG	1	100	-
Controlada em conjunto (joint venturo)				
Controlada em conjunto (joint venture) Le Cordon Bleu Anima Ltda ("LCB") (*)	SP	1	50	50
Le Cordon Died Allillia Lida (LCB) (·)	3r	1	50	50
Coligada				
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")			10	10

(*) Uma controlada em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. A Sociedade continua a usar o método de equivalência patrimonial quando um investimento em uma coligada se torna um investimento em uma controlada em conjunto se torna um investimento em uma coligada.

2.4 <u>Apresentação de relatórios por segmentos operacionais</u>

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais – R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras são descritas como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

3.2 Aplicações financeiras

São representadas pelos valores mantidos em fundos de investimento de renda fixa e CDBs com remuneração geralmente atrelada ao CDI os quais a Sociedade não pretende aplicar em sua atividade operacional. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base pro-rata temporis, não superiores aos valores de realização.

3.3 Contas a receber

São representadas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e pelo ajuste a valor presente calculado com base no saldo de contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevante.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente: é registrado pelo regime de competência e calculada individualmente para a Sociedade e suas controladas conforme seu regime de tributação, e com base nas alíquotas e legislação vigente. As alíquotas são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas BRASIL, IMEC, Unimonte, FACEB e Politécnico calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas. Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

<u>Impostos e contribuições diferidas:</u> são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.

- Diferidos ativos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou onde há reconhecimento de imposto diferido passivo.
- Diferidos passivos: a Sociedade e suas controladas reconhecem os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias calculados sobre a reavaliação de imóveis e sobre a diferença entre o valor contábil e valor justo alocados em combinação de negócio.

3.5 <u>Investimentos nas demonstrações financeiras individuais</u>

Representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores estão demonstrados na nota explicativa nº 11. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo.

3.6 <u>Imobilizado</u>

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens, mencionadas na nota explicativa nº 12.

A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7 <u>Intangível</u>

São demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes, licenças e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios - Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio, e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

3.8 Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.9 Créditos e débitos com partes relacionadas

Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Sociedade e suas partes relacionadas, oriundas de operações de empréstimos de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Sociedade e as partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 29.

3.10 <u>Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes</u>

Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.

3.11 Capital social

É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

3.12 <u>Custo de captação na emissão de títulos</u>

Os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.

3.13 Transações de capital

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Sociedade.

3.14 <u>Distribuição de dividendos</u>

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.15 Remuneração baseada em ações

A Sociedade e suas controladas instituem programas que incentivam seus colaboradores a adquirir ações da Sociedade. Caso os colaboradores mantenham as ações pelo período determinado no programa a Ânima concede 20% das ações, em bonificação pelas ações adquiridas e mantidos pelo colaborador. Este programa foi ofertado inicialmente em 2013 (já liquidado) e em 2016. Também são reconhecidos como remuneração baseada em ações, contratos pactuados com executivos sujeitos ao atingimento de metas financeiras, operacionais, etc. Vide nota explicativa nº 29.2

3.16 Lucro/prejuízo básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas relacionadas com a prestação de serviços somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente. Logo os adiantamentos de mensalidades recebidos são registrados no passivo e reconhecido como receita pelo período letivo do aluno.

As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação. A receita de venda de produtos é reconhecida quando são transferidos os riscos e os benefícios relacionados à propriedade dos produtos. Os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Sociedade e suas controladas.

3.18 Receita e despesa financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, encargos sobre impostos parcelados, encargos de financiamentos concedidos a alunos e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.19 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Sociedade. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, estes valores forem superiores à soma da contrapartida transferida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sociedade.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

3.20 <u>Ágio</u>

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

3.21 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.22 Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do período.

3.23 Demonstração de valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.24 Instrumentos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

 Ativos financeiros não derivativos: Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

(i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas, etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas, são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 30.1

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
 - Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são incialmente reconhecidas ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge. A Sociedade designou seus contratos de SWAP como hedge de valor justo, sendo as alterações no valor justo do empréstimo e do SWAP reconhecidos no resultado do exercício.
 - Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade.

3.25 <u>Estimativas contábeis</u>

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Redução ao valor recuperável ("impairment") na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como "impairment test". O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve perdas por deterioração do ágio, marcas e licença. Vide nota explicativa nº 13.
- Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Sociedade é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade, a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 21.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades, considerando os riscos envolvidos. A Sociedade constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso. Vide nota explicativa nº 7.
- 4. ADOÇÃO DAS NOVAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS)
 - 4.1 <u>Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade e suas controladas aplicaram emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017.

- I. IAS 7: As alterações requerem que a Sociedade divulgue as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, demonstrando as variações que envolvam movimentos de caixa e não caixa. Os passivos da Sociedade que representam as atividades de financiamento são compostos por empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.), débitos com partes relacionadas (nota explicativa nº 29.), ações em tesouraria (nota explicativa nº 22.) e dividendos pagos. A conciliação entre os saldos iniciais e finais desses itens está apresentada na nota explicativa nº 33. Em consonância com as disposições sobre transição contidas nas alterações, a Sociedade não divulgou informações comparativas referentes ao período anterior.
- II. IAS12: As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, uma vez que a Sociedade e suas controladas já fazem esta avaliação.
- 4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

A administração da Sociedade avaliou as novas normas e alterações às IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, e concluiu não haver impacto sobre as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. Para as novas normas que entrarão em vigor a partir de 2019, os possíveis impactos encontram-se em processo de avaliação.

IFRS 9(*) Instrumentos Financeiros

IFRS 15(*) Receitas de Contratos com clientes

IFRS 16 Arrendamentos

Classificação e Mensuração de Transações de

Alterações a IFRS 2 Pagamentos Baseados em Ações

Venda ou Contribuição de Ativos entre um

Alterações a IFRS 10 e IAS 28 Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*

Alteração a IAS 40 Transferências de Propriedade para Investimento

Alterações as IFRSs Melhorias Anuais ao Ciclo de IRFSs 2014-2016

(*) A Administração da Sociedade avaliou as normas (IFRS 9 e IFRS 15) e não identificou efeitos que possa impactar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Aguisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc)

5.1.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Educação" desembolsará R\$52.500 a ser liquidado em 180 parcelas mensais iguais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo INPC a partir da data de fechamento do negócio (1º de fevereiro de 2016), com vencimento no 10º dia de cada mês. O valor presente desta operação na data de sua realização foi de R\$ 28.727 calculado aplicando uma taxa de desconto de 17,5% a.a.

5.1.2 <u>Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição</u>

A Sociedade e seus consultores revisaram no primeiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação inicial que haviam sido contabilizados no segundo trimestre de 2016.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (i)	Valor Justo
Ativos Caixa e equivalentes de caixa Outros ativos circulantes Outros ativos não circulantes Imobilizado Intangível	5.542 17.183 12.450 35.184 1.890	26.628 31.558	(1.525) - - - -	5.542 15.658 12.450 61.812 33.448
Passivos Outros passivos circulantes Outros passivos não circulantes IR/CS diferido passivo Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	31.117 21.603 - 106.897	39.370 (57.607)	3.907	31.117 21.603 39.370 53.197
Ativos líquidos adquiridos	(87.368)	76.423	(5.432)	(16.377)

⁽i) Valores referentes a contingências trabalhistas e cíveis e as mensalidades canceladas do Pronatec, inicialmente não reconhecidas no balanço de abertura, e que foram reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2016 como ajuste ao ágio.

5.1.3 Ágio gerado na aquisição

	01/02/2016
	Valor
	adquirido
Contrapartida a ser transferida na aquisição	28.727
(-) Valor justo de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	16.377
Ágio gerado na aquisição	45.104

Foi gerado ágio na aquisição da Sociesc, resultado da contrapartida paga pelo negócio que efetivamente incluiu valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas, desenvolvimento futuro de mercados, atestado de capacidade técnica e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.1.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

Contrapartidas pagas em caixa (-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos (5	<u>/2016</u>
Desembolso líquido de caixa (5	291 5.542) 5.251)

A transação foi pactuada considerando uma dívida líquida de R\$ 30.000, a qual era efetivamente de R\$ 37.493 na data do fechamento da transação. A consequente diferença será reembolsada pelos vendedores, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes.

5.2 Aquisição da FACEB Educação Ltda. (FACEB)

5.2.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Gestão" desembolsará R\$42.245, ajustados pelo caixa líquido, dos quais o montante de R\$ 16.245 foi liquidado na data do fechamento da operação, ou seja, 1º de julho de 2016, e R\$26.000 serão liquidados em 10 parcelas anuais, corrigidas pela média simples dos índices de correção monetária IGPM, IPCA e INPC, com vencimento da primeira parcela em 12 (doze) meses após a data do fechamento. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 8.000 de *earn-out*, a serem pagos entre 2018 e 2023, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 38.998 calculado aplicando a Selic como taxa de desconto.

5.2.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no segundo trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação.

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (i)	Valor Justo
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.209	-	_	2.209
Outros ativos circulantes	3.855	-	(260)	3.595
Outros ativos não circulantes	265	-	-	265
Imobilizado	3.346	-	-	3.346
Intangível	7.680	5.926		13.606
Passivos				
Outros passivos circulantes	9.876	-	_	9.876
Outros passivos não circulantes	473	_	_	473
IR/CS diferido passivo	_	2.015		2.015
Ativos líquidos adquiridos	7.006	3.911	(260)	10.657

⁽i) Valores referentes a perda de mensalidades referentes a anos anteriores a data da compra, não reconhecidos no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em outubro de 2016 como ajuste ao ágio.

5.2.3 Ágio gerado na aquisição

	01/07/2016
	Valor
	adquirido
Contrapartida a ser transferida na aquisição	38.998
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(10.657)
(+) Complemento contrapartida transferida pela aquisição	380
Ágio gerado na aquisição	28.721

Foi gerado ágio na aquisição da FACEB, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

04 (07 (004 6

5.2.4 <u>Saída de caixa líquida na aquisição da controlada</u>

	01/07/2016
Contrapartidas pagas em caixa (-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	16.245 (2.209)
Desembolso líquido de caixa	14.036

5.3 Aquisição da GKT Treinamento, consultoria e Editoria Ltda (ACAD)

5.3.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "HSM Brasil" desembolsou R\$30, e foi pactuada uma assunção de dívida líquida no valor de R\$2.970. Na data de fechamento da transação, ou seja, 1º de setembro de 2016, a dívida era de R\$ 3.150, a diferença foi reembolsada pelos vendedores na data de fechamento da transação, conforme estabelecido no contrato que regula a transação entre as partes. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 2.203 de earn-out, a serem pagos entre 2018 e 2021, conforme cumprimento de metas financeiras e operacionais. O valor presente desta operação é de R\$ 662 calculado aplicando uma taxa de desconto de 13,46% a.a.

5.3.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

A Sociedade e seus consultores finalizaram no terceiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo, e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação.

Althora	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Ajustes ao ágio (i)	Valor Justo
<u>Ativos</u>	F70			F70
Caixa e equivalentes de caixa	579	-	-	579
Outros ativos circulantes	1.263	-	-	1.263
Imobilizado	386	-	-	386
Intangível	105	1.081		1.186
<u>Passivos</u>				
Outros passivos circulantes	4.087	-	27	4.114
Outros passivos não circulantes	554	-	-	554
IR/CS diferido passivo	-	368	-	368
Ativos líquidos adquiridos	(2.308)	713	(27)	(1.622)

⁽i) Valor referente a devolução de seguro sobre empréstimo quitado antecipadamente, não reconhecido no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em outubro de 2016 como ajuste ao ágio.

5.3.3 Ágio gerado na aquisição

	01/09/2016
	Valor
	adquirido
Contrapartida a ser transferida na aquisição	662
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	1.622
Ágio gerado na aquisição	2.284

Foi gerado ágio na aquisição da ACAD, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.3.4 <u>Saída de caixa líquida na aquisição da controlada</u>

	01/09/2016
Contrapartidas recebidas em caixa (-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(150) (579)
Desembolso líquido de caixa	(729)

5.4 Aquisição do Politécnico Participações Ltda e Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

5.4.1 Contrapartidas transferidas

Pelo negócio jurídico a "PGP Posse" desembolsará R\$19.132, ajustados pelo caixa líquido na data do fechamento da operação, ou seja, 3 de outubro de 2016, a ser liquidado em 73 parcelas mensais, corrigidas à 12% a.a. mais correção da TR. O valor presente desta operação é de R\$19.132, pois a operação incorre em juros de mercado.

5.4.2 <u>Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição</u>

A Sociedade e seus consultores revisaram no quarto trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo e consequentemente o valor do ágio decorrente da transação, os quais foram ajustados em relação aos valores de alocação final que haviam sido contabilizados no terceiro trimestre de 2017.

	Valor de	Ajustes de	Valor
	livros	aquisição	Justo
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	37	-	37
Outros ativos circulantes	2.525	-	2.525
Outros ativos não circulantes	77	-	77
Imobilizado	4.854		4.854
Intangível	82	2.436	2.518
Passivos			
Outros passivos circulantes	4.758	_	4.758
Outros passivos não circulantes	2.160	_	2.160
IR/CS diferido passivo	_	828	828
Ativos líguidos adquiridos	657	1.608	2.265
Ativos liquidos auquilidos	037	1.000	2.203

5.4.3 Ágio gerado na aquisição

	03/10/2016 Valor adquirido
Contrapartida a ser transferida na aquisição	19.132
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	(2.265)
Ágio gerado na aquisição	16.867

Foi gerado ágio na aquisição do Politécnico, resultado da contrapartida paga pelo negócio que inclui valores relativos aos ganhos a serem obtidos com sinergia, crescimento futuro das receitas e mão-de-obra. Estes benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

5.4.4 Saída de caixa líquida na aquisição da controlada

	03/10/2016
Contrapartidas pagas em caixa	-
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(37)
Desembolso (aumento) líquido de caixa	(37)

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	68	200	5.488	7.303
Aplicações financeiras - Operações	2.924	8.463	28.430	32.265
Total do caixa e equivalentes de caixa	2.992	8.663	33.918	39.568
Aplicações financeiras - Investimento		7.003	81.994	141.931
Total das aplicações financeiras		7.003	81.994	141.931

As aplicações financeiras são classificadas na categoria de instrumentos financeiros como empréstimos e recebíveis. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais possuem rentabilidade entre 81,01% a 104,00% do CDI, variando conforme o prazo de permanência dos recursos em conta, todos de liquidez imediata e por fundos de investimentos exclusivos para empresas da GAEC, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 101,24% e 103,61% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016
FIES - Financiamento estudantil (a) Contas a receber mensalidades (b) Financiamentos (Ampliar e Pravaler) (c) Eventos Aluguéis, serviços e outros Total	144.997 179.748 12.879 9.017 13.276 359.917	207.819 172.502 1.962 2.995 12.898 398.176
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Demais contas a receber (d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - FIES (e) Total	(92.324) (20.563) (112.887)	(96.450) (16.123) (112.573)
Total geral contas a receber	247.030	285.603
Ativo circulante Ativo não circulante	246.893 137	195.710 89.893

A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

- (a) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas do ajuste a valor presente e comissões (FGEDUC e agente financeiro). O FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo ainda estes créditos serem recomprados pelo Fundo. Em dezembro de 2015 a Sociedade, por meio da ABRAES (Associação Brasileira para o desenvolvimento da Educação Superior), firmou acordo judicial onde MEC (Ministério da Educação) e FNDE assumiram o compromisso de repassar integralmente o saldo remanescente devido em três parcelas corrigidas monetariamente por índice de inflação: 25% do saldo até 30 de junho de 2016, 25% do saldo até 30 de junho de 2017 e 50% do saldo até 30 de junho de 2018. As parcelas recebidas compreendem o montante de R\$ 92.657. O ajuste a valor presente foi calculado sobre o saldo de contas a receber que compõe o acordo celebrado, cujos valores a vencer foram trazidos a valor presente à taxa de 3,2% a.a. (livre de risco), e está sendo revertido de forma proporcional aos saldos e datas de repasse acordados.
- (b) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.

- (c) Referem-se a mensalidades financiadas através dos programas Ampliar (operado diretamente pela Sociedade) e Pravaler (operado pela empresa Ideal Invest), líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 5% a.a. conforme a modalidade do programa escolhida pelo aluno, mais correção pela inflação. O ajuste a valor presente é calculado sobre o saldo de contas a receber trazido a valor presente pela taxa de 10,31% a.a. (média da remuneração das aplicações financeiras).
- (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) As controladas da Sociedade constituem provisões para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES, de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado, na qual é estimada uma inadimplência de 40% em relação aos 15% que a Sociedade está exposta ao risco de crédito. Os saldos relativos ao FGEDUC, são deduzidos diretamente da receita e do contas a receber (R\$ 16.414 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 20.151 em 31 de dezembro de 2016).

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política da Sociedade:

	Consolidado				
	31/12/2017				
	Provisão para				
	Saldo do contas a receber	créditos de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de atraso	Saldo líquido	_ % (*)
FIES					
A vencer	144.997	-	0,00%	144.997	58,70%
Perda de crédito FIES	-	(20.563)	, -	(20.563)	(8,32%)
Cartão de crédito	8.111	-	-	8.111	3,28%
A vencer Vencidos:	54.012	(8.837)	16,36%	45.175	18,29%
De 0 a 90 dias	50.773	(12.199)	24,03%	38.574	15,62%
De 91 a 180 dias	27.403	(11.867)	43,31%	15.536	6,29%
De 181 a 360 dias	29.788	(18.991)	63,75%	10.797	4,37%
De 361 a 720 dias	44.833	(40.430)	90,18%	4.403	1,78%
Total	359.917	(112.887)	31,36%	247.030	100%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

	Consolidado					
	31/12/2016					
	Provisão para					
	Saldo do	créditos de	% Perda			
	contas a	liquidação	por faixa	Saldo		
	receber	duvidosa	<u>de atraso</u>	líquido	<u></u> % (*)	
FIES						
A vencer	207.819	-	-	207.819	72,76%	
Perda de crédito FIES	-	(16.123)	-	(16.123)	(5,65%)	
Cartão de crédito	3.463	-	-	3.463	1,21%	
Pronatec	71	-	-	71	0,02%	
A vencer	32.193	(3.949)	12,27%	28.244	9,89%	
Vencidos:						
De 0 a 90 dias	41.854	(8.344)	19,94%	33.510	11,73%	
De 91 a 180 dias	22.171	(7.977)	35,98%	14.194	4,97%	
De 181 a 360 dias	30.027	(19.813)	65,98%	10.214	3,59%	
De 361 a 720 dias	60.578	(56.367)	93,05%	4.211	1,48%	
Total	398.176	(112.573)	28,27%	285.603	100%	

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Conso	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Saldo inicial	112.573	79.398		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	46.169	45.554		
Combinação de negócio Sociesc, FACEB e ACAD	-	11.914		
Títulos baixados no exercício (i)	(45.855)	(24.293)		
Saldo final	112.887	112.573		

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel (a)	-	-	18.240	21.448
Fornecedores	834	1.003	6.275	7.755
Funcionários	533	529	16.117	15.495
Pagamento antecipado aquisição	-	-	1.076	4.576
Outros	<u>-</u> _		387	530
Total	1.367	1.532	42.095	49.804
Ativo circulante	1.367	1.532	30.497	37.355
Ativo não circulante	-	-	11.599	12.449

(a) Refere-se a adiantamento de aluguel das unidades da IMEC, Sociesc e Politécnico.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
TDD5 ()	2 222	4 740	10.650	40.670
IRRF (a)	3.238	4.710	10.653	10.672
PIS/COFINS/CSLL	105	194	3.382	2.672
Antecipação de IRPJ (b)	-	-	2.071	2.125
Antecipação de CSLL (b)	-	-	425	374
Outros (c)	7.291	5	8.618	1.312
Total	10.634	4.909	25.149	17.155
Ativo circulante	3.048	3.630	8.998	11.154
Ativo não circulante	7.586	1.279	16.150	6.001

- (a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido sobre as aplicações financeiras.
- (b) Referem-se principalmente a valores a compensar, relativos às antecipações de imposto de renda e contribuição social da controlada UNA, dos exercícios de 2000 e 2001, para o qual um pedido de restituição foi protocolado junto a RFB (Receita Federal do Brasil).
- (c) Refere-se principalmente a crédito de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social dos anos de 2012 e 2014 constituídos por cancelamento de PERDCOMP para inclusão no PRT (Programa de Regularização Tributária MP 766 IN 1.687, vide nota explicativa nº19.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

<u>Ativo</u> - A Sociedade e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, a constituição destes ativos diferidos somente ocorre quando há segurança razoável da realização destes créditos. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$144.169 (R\$166.545 em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado temos o montante de R\$248.306

(R\$274.827 em 31 de dezembro de 2016) não sujeitos a prazo prescricional, para os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos.

Em 2017 foi utilizado o montante de R\$15.064 e R\$ 2.272 para quitação de parcelamentos tributários (PRT - Programa de Regularização Tributária - MP 766 - IN 1.687) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496) respectivamente. Vide nota explicativa nº 19.

Além da utilização dos créditos tributários utilizados para quitação do PRT acima, em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registrou imposto de renda diferido ativo nos montantes de R\$ 13.793, sendo R\$ 4.625 sobre diferenças temporárias e R\$ 9.168 sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, o qual foi limitado a 30% do imposto de renda diferido passivo registrado.

A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado					
	Saldo inicial		Saldo final			
	31/12/2016	Constituição de crédito tributário	Compensação parcelamento PRT	Compensação Parcelamento PERT	Compensação imposto diferido passivo	31/12/2017
Imposto de renda Contribuição social Total	<u>-</u>	22.889 8.240 31.129	(11.076) (3.988) (15.064)	(1.671) (601) (2.272)	(8.977) (3.232) (12.209)	1.165 419 1.584

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:

- (i) Impostos e contribuições calculados sobre a reavaliação dos imóveis realizada em 2007 e da mais valia dos imóveis realizada em 2009. O saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 4.674 (R\$4.714 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) Impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados. Em novembro de 2017, em conexão com a incorporação da BR Educação, a Sociedade registrou a baixa do crédito tributário diferido passivo no valor de R\$ 5.281, o qual foi registrado como crédito do resultado de 2017. O saldo do imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 44.069 (R\$47.466 em 31 de dezembro de 2016).
- (iii) Impostos e contribuições calculados sobre a parcela dos ágios amortizados para fins ficais, a partir de 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 1.907 (zero em 2016).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imposto de renda diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários no montante de R\$ 12.209.

A movimentação dos saldos do imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2017, foi como segue:

	Consolidado						
	Saldo					Saldo	
	inicial	Movimentação				final	
	31/12/2016	Combinação de negócio	Efeito de (amortização)/ constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Baixa	Compensação imposto diferido ativo	31/12/2017	
Imposto de renda Contribuição social Total	38.367 13.813 52.180	2.973 1.069 4.042	(214) (77) (291)	(3.883) (1.398) (5.281)	(8.977) (3.232) (12.209)	28.266 10.175 38.441	

A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro de 2016, foi como segue:

Consolidado				
Saldo inicial	Movimer	Saldo final		
	Combinação	Efeito no		
31/12/2015	de negócio	resultado	31/12/2016	
11.264	28.336	(1.233)	38.367	
4.056	10.201	(444)	13.813	
15.320	38.537	(1.677)	52.180	
	31/12/2015 11.264 4.056	Saldo inicial Movimer Combinação de negócio 11.264 28.336 4.056 10.201	Combinação de negócio Efeito no resultado 11.264 28.336 (1.233) 4.056 10.201 (444)	

10.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro antes de IR e CS Alíquota fiscal combinada IR e CS pela alíquota fiscal combinada	66.375 34% (22.568)	20.845 34% (7.087)	48.319 34% (16.428)	19.318 34% (6.568)	
Ajustes ao resultado: Equivalência patrimonial Incentivo fiscal – PROUNI Créditos tributários não constituídos Créditos tributários constituídos de exercícios anteriores Crédito tributário utilizado para quitação de parcelamento (a) Baixa de imposto diferido gerado em combinação de negócio por incorporação Outras adições e exclusões	41.981 (19.695) 1.577 17.193	29.773 - (21.658) - - - - (1.028)	(137) 43.026 (26.326) 13.793 17.336 5.281	43.710 (33.945) - - - (1.670)	
Imposto de renda e contribuição social calculado	18.777		36.833	1.527	
IR e CS corrente no resultado do exercício IR e CS diferido no resultado do exercício	- 18.777	-	132 36.701	(150) 1.677	
Ativo (a) Passivo	18.777 -	-	31.261 5.572	- 1.677	

⁽a) A Sociedade e sua controlada Unimonte constituíram crédito tributário diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, que foram utilizados para quitação dos parcelamentos PRT e PERT, conforme descrito em nota explicativa nº 19.

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos nas sociedades controladas e controlada em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

Controladas:

		Controladora		Controladora					
		31/12/2017			31/12/2016				
		Equivalência		•	Equivalência				
	Investimento	Patrimonial	Participação	Investimento	Patrimonial	Participação			
Ativo:		·							
IMEC	100.845	84.506	100%	97.683	79.806	100%			
Brasil Educação	479.954	44.244	100%	484.739	61.108	100%			
BR Educação	-	(17.680)	-	75.368	(42.895)	100%			
Unimonte	43.305	(2.682)	100%	40.245	(8.403)	100%			
PGP Gestão	39.260	(4.364)	100%	25.822	(2.052)	100%			
VC Network	82	5	100%	77	7	100%			
HSM Brasil	64.792	13.315	100%	-	-	-			
PGP Educação	62.207	6.542	100%	-	-	-			
Ânima Participações	842	(4)	100%	-	-	-			
SOBEPE	(2)	-	100%	-	-	-			
Valor justo alocado	29.919	(4)		52.301	(2)				
Ágio (goodwill)	35.026			35.026					
Total	856.230	123.878		811.261	87.569				

Controlada em conjunto:

	Contr	olada e Consoli	dado	Controlada e Consolidado				
		31/12/2017		31/12/2016				
	·	Equivalência		Equivalência				
	Investimento	Patrimonial	<u>Participação</u>	Investimento	Patrimonial	<u>Participação</u>		
Ativo:								
LCB	2.732	(404)	50%			-		
Total	2.732	(404)						
Total	858.962	123.474		811.261	87.569			

As informações de quantidade de ações/quotas estão demonstradas a seguir:

		dade de s possuídas
		31/12/2016
Controladas diretas: IMEC	8.789.479	8.789.479
Brasil	4.586.219	4.532.699
VC Network	4.023.145	4.023.145
Unimonte	25.840.970	91.942.323
BR Educação	-	125.700.000
PGP Gestão	705.784	555.784
HSM Brasil	2.595.847	-
PGP Educação	431.891	-
Sobepe	1.100	1.100
Controladas indiretas: Una Gestão HSM Brasil PGP Educação USJT Sociesc FACEB ACAD	32.564 - - - 462.228 2 30.000 100.000	32.564 2.489.860 339.260 462.228 2 30.000 100.000
Politécnico Participações	10.000.000	10.000.000
Instituto Politécnico	14.883.417	1.098.417
Instituto Anima de Extensão Universitária	10.000	-
Anima Participações	848.347	-
Controlada em conjunto: LCB	3.135.800	3.135.800
Coligada: UVB - Universidade Virtual Brasileira	-	-

As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2017										
					Controladas	diretas					Controlada em conjunto
	IMEC	Brasil	VC Network	Unimonte	PGP Gestão	BR Educação	(*) HSM Brasil	PGP Educação	Anima Partici- pações	SOBEPE	LCB
Balanço patrimonial Ativo circulante	108.640	216.606	82	12.498	16.845	-	22.557	28.317	9	1	4.899
Ativo não circulante Passivo circulante	79.195 66.435	379.967 96.373	-	47.722 9.292	74.381 19.201	-	83.824 14.062	191.589 37.129	840 7	3	999 435
Passivo não circulante (-) Participação em conjunto	20.556	20.246		7.623	33.220		6.783	120.570	-	- (2)	2.731
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	100.845	479.954	82	43.305	39.260		85.536	62.207	842	(2)	2.732
Resultado Receita líquida Custo de serviços prestados	241.802 (122.692)	519.119 (336.180)	-	50.248 (32.277)	58.818 (32.993)	-	27.319 (13.865)	20.287 (20.836)	-	-	(10)
Despesas operacionais Resultado financeiro	(42.549) 7.945	(143.391) 5.821	- 5	(18.686) (2.151)	(26.230) (5.572)	(17.680)	(5.311)	(3.301)	(3) (1)	-	(1.198) 400
IR/CS diferido/corrente Participação em conjunto	7.945 - -	(1.125)	- -	184	1.613	-	5.245	10.939	(1) - -	-	400 - 404
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	84.506	44.244	5	(2.682)	(4.364)	(17.680)	13.315	6.542	(4)		(404)

^(*) O saldo do patrimônio líquido da HSM Brasil, contempla o ágio alocado no valor de R\$20.744, demonstrado abaixo no quadro de movimentação do investimento da controladora na coluna de valor justo alocado.

	Controladora													
												Valor		
			VC		PGP	HSM	PGP	BR	Anima			justo	,	
	IMEC	Brasil	Network	Unimonte	Gestão	Brasil	Educação	Educação	Partic.	SOBEPE	LCB	alocado	Ágio	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	81.199	447.822	70	42.648	7	-	-	47.610	-	-	-	52.303	45.326	716.985
Aumento de capital	13.600	52.370	-	6.000	27.867	-	-	65.360	-	-	-	-	-	165.197
Resultado de equivalência patrimonial	79.806	61.108	7	(8.403)	(2.052)	-	-	(42.895)	-	-	-	(2)	-	87.569
Reserva de capital	-	9	-	-	-	-	-	5.293	-	-	-	-	-	5.302
Provisão para perda valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.300)	(10.300)
Distribuição de dividendos	(76.922)	(76.570)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.492)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	97.683	484.739	77	40.245	25.822			75.368	_		_	52.301	35.026	811.261
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	6	(2)	-	-	-	4
Aumento de capital	-	7.802	-	5.739	17.802	1.020	3.350	22.700	840		3.136	-	-	62.389
Resultado de equivalência patrimonial	84.506	44.244	5	(2.682)	(4.364)	13.315	6.542	(17.680)	(4)	-	(404)	(4)	-	123.474
Reserva de capital	2	62	-	3	-	2	(8)	12	-	-	-	-	-	73
Realocação de ágio e valor justo	-	-	-	-	-	-	-	22.378	-	-	-	(22.378)	-	-
Distribuição de dividendos	(80.306)	(56.893)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	· -	-	(137.199)
Juros sobre capital próprio	(1.040)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.040)
Transferência	-1	-	-	-	-	50.455	52.323	(102.778)	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	100.845	479.954	82	43.305	39.260	64.792	62.207		842	(2)	2.732	29.919	35.026	858.962

12. IMOBILIZADO

			Combus	ala da ua	
	-	·		oladora	21/12/2016
	Taxas		31/12/2017		31/12/2016
	anuais de	Custo de	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado
	depreciação	<u>aquisição</u>	<u>acumulada</u>	líquido	<u>líquido</u>
			(2.224)		
Computadores e periféricos	20%	3.531	(2.204)	1.327	2.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.285	(614)	3.671	1.844
Móveis e utensílios	10%	1.512	(384)	1.128	683
Máquinas e equipamentos	10%	624	(164)	460	261
Outros	10% e 20%	504	(386)	118	161
Imobilizado em andamento	-	67	-	67	149
Total		10.523	(3.752)	6.771	5.248
			Conso	olidado	
	Taxas		31/12/2017		31/12/2016
	anuais de	Custo de	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado
	depreciação	aquisição	acumulada	líauido	líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	109.530	(35.903)	73.627	63.363
Edificações	1,43% a 4%	48.734	(6.079)	42.655	46.738
Terrenos	· -	28.396	-	28.396	28.396
Máquinas e equipamentos	10%	74.024	(50.051)	23.973	22.136
Biblioteca e videoteca	10%	42,772	(22.522)	20.250	19.443
Móveis e utensílios	10%	49.153	(31.476)	17.677	15.401
Computadores e periféricos	20%	52.151	(39.581)	12.570	12.887
Outros	10% e 20%	35.284	(18.530)	16.754	10.976
Imobilizado em andamento	-	10.217	(10.550)	10.217	4.190
imobilizado ciri anadmento		10.217		10.217	7.190
Total		450.261	(204.142)	246.119	223.530

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

		Saldo		C	Controladora		Saldo
	liq	uido em 12/2016	Adições	<u>Depreciaç</u>	ções <u>Baixa</u>	Reclassificação	liquido em 31/12/2017
Computadores e periféricos		2.150	731	(714) (840)	_	1.327
Benfeitorias em imóveis de terceiros	:	1.844	-		307) -	2.134	3,671
Móveis e utensílios		683	568		123) -	-	1.128
Máquinas e equipamentos		261	249	,	(52) -	2	460
Outros		161	39		(82) -	_	118
Imobilizado em andamento		149	2.054		(02)	(2.136)	67
imobilizado em andamento		143	2.034			(2.130)	07
Total	_	5.248	3.641	(1.	278) (840)	_	6.771
				Contro	oladora		
	Saldo						Saldo
	liquido em			Depre			
	•						ilalliao em
	31/12/2015	Adições	Baixa		<u>Transferência</u>	Reclassificação	liquido em 31/12/2016
Computadores e periféricos Benfeitorias em imóveis	1.382	Adições 1.285	<u>Baixa</u> (37)		Transferência -	Reclassificação	
			(37)	<u>ciações</u> (584)	Transferência - 81		31/12/2016
Benfeitorias em imóveis	1.382			(584) (155)	-	104 541	2.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros Móveis e utensílios	1.382 1.434 583	1.285	(37)	(584) (155) (80)	-	104 541 (45)	31/12/2016 2.150 1.844 683
Benfeitorias em imóveis de terceiros Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos	1.382 1.434 583 321	1.285 - 225 70	(37)	(584) (155) (80) (32)	-	104 541 (45) (98)	31/12/2016 2.150 1.844 683 261
Benfeitorias em imóveis de terceiros Móveis e utensílios	1.382 1.434 583	1.285	(37)	(584) (155) (80)	-	104 541 (45) (98) 39	31/12/2016 2.150 1.844 683
Benfeitorias em imóveis de terceiros Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Outros	1.382 1.434 583 321 181	1.285 - 225 70 18	(37) (57) - -	(584) (155) (80) (32)	- 81 - -	104 541 (45) (98) 39	31/12/2016 2.150 1.844 683 261 161

	Consolidado								
	Saldo		Combinação					Saldo	
	liguido em		de negócio		Depre-	Transfe-	Reclassi-	liguido em	
	31/12/2016	Adições	(iii)	Baixas	ciações	rências	ficação	31/12/2017	
Benfeitorias em imóveis									
de terceiros (i)	63.363	-	-	(6)	(9.210)	29	19.451	73.627	
Edificações	46.738	-	(2.800)	-	(1.283)	-	-	42.655	
Terrenos	28.396	-	-	-	-	-	-	28.396	
Máquinas e equipamentos	22.136	5.830	-	(44)	(4.062)	70	43	23.973	
Biblioteca e videoteca	19.443	3.665	-	(12)	(2.842)	2	(6)	20.250	
Móveis e utensílios	15.401	5.065	-	(19)	(2.832)	62	`-'	17.677	
Computadores e periféricos	12.887	4.959	-	(Ì01)	(5.014)	(161)	-	12.570	
Outros	10.976	8.486	-	` -	(2.705)	` (3)	-	16.754	
Imobilizado em andamento (ii)	4.190	25.584	-	(32)		(37)	(19.488)	10.217	
` ,				` ,		` ,	,		
Total	223.530	53.589	(2.800)	(214)	(27.948)	(38)	_	246.119	
				Consol	idado				
	Saldo		Combinação					Saldo	
	liquido em		de negócio		Depre-	Transfe-	Reclassi-	liauido em	
	31/12/2015	Adições	(iii)	Baixas	ciações	rências	ficação	31/12/2016	
Benfeitorias em imóveis	EE 4E1	225	6 701	(2.077)	(7.661)	(1.204)	12.020	62.262	
de terceiros (i)	55.451	225	6.791	(3.977)	(7.661)	(1.394)	13.928	63.363	
Edificações	12.655	-	36.618	-	(1.386)	(366)	(783)	46.738	
Terrenos	13.110	-	15.282	-	` -	` 4	` -	28.396	
Máguinas e equipamentos	20.231	2.937	3.755	(70)	(3.902)	108	(923)	22.136	
Biblioteca e videoteca	14.025	5.102	2.827	(39)	(2.452)	(10)	`(10)	19.443	
Móveis e utensílios	13.100	2.049	2.760	(23)	(2.605)	249	(Ì29)	15.401	
Computadores e periféricos	10.510	2,363	3.418	(65)	(4.782)	781	662	12.887	
Outros	6.876	4,732	1.206	(179)	(2.152)	87	406	10.976	
Imobilizado em andamento (ii)	-	20.989	541	(79)	-	(4.110)	(13.151)	4.190	
,				(-)		,	, ,		
Total	145.958	38.397	73.198	(4.432)	(24.940)	(4.651)		223.530	

⁽i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Sociedade com intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

12.1. Ativos cedidos em garantia

A Sociedade e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dados em garantia em processos judiciais. Foram oneradas as edificações do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$71.051 (R\$75.134 em 31 de dezembro de 2016) em tais processos.

13. INTANGÍVEL

		<u>Controladora</u>							
	Taxas		31/12/2017						
	anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido				
Softwares Total	20%	<u>36.507</u> 36.507	(15.591) (15.591)	20.916	16.132 16.132				

⁽ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente aos desembolsos efetuados pelas controladas da Sociedade na construção e ampliação de suas unidades de ensino, que após a conclusão das obras são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

⁽iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente das aquisições da Sociesc.

		lidado			
	Taxas		31/12/2017		31/12/2016
	anuais de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Ágio (a)		318.616	-	318.616	330.844
Marcas e patentes (b)		143.116	-	143.116	143.116
Licença (c)		67.421	-	67.421	55.595
Carteira de clientes (d)	22% a 60%	39.772	(34.136)	5.636	10.450
Acordo de não competição	12%	2.098	(370)	1.728	-
Mailing list	38%	533	(533)	-	-
Total		571.556	(35.039)	536.517	540.005
Softwares	20%	62.529	(35.655)	26.874	22.770
Outros	10% a 33%	20.660	(11.995)	8.665	6.357
Total		83.189	(47.650)	35.539	29.127
Total do intangível		654.745	(82.689)	572.056	569.132

- (a) Refere-se ao ágio pago na aquisição do IMEC, HSM Brasil, PGP Educação, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico que não foram alocados em ativos identificados, conforme laudos de avaliação. Conforme critérios definidos pela Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), o ágio registrado na controladora, deve ser reclassificado para o intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Refere-se a valores pagos pela aquisição das marcas "UNA", "UNI-BH", "HSM", "USJT" e "SOCIESC", para as quais a Sociedade possui o direito de mantença (credenciamento concedido pelo Ministério da Educação, que credencia o funcionamento das instituições de ensino superior) através de suas investidas.
- (c) Refere-se a parte de licenças pago na aquisição da USJT, Sociesc, FACEB e Politécnico para as quais a Sociedade possui o direito de mantença através de suas investidas.
- (d) Refere-se à parte da carteira de clientes pago na aquisição das mantenças do IMEC, HSM, USJT, Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico e na aquisição da mantença da UNA Betim.

A movimentação da controladora é:

			Co	ontrola	dora	
	Sald líquido	-				Saldo líquido em
	31/12/2	2016 A	dições <u>E</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortização</u>	31/12/2017
Softwares Total			1.673 1.673	(91) (91)	(6.798) (6.798)	20.916 20.916
			Contro	oladora	1	
	Saldo líquido em					Saldo líquido em
	31/12/2015 A	dições .	Amortiza	ção T	<u> Fransferência</u>	31/12/2016
Softwares Total	12.132 12.132	6.237 6.237	•	886) 886)	1.649 1.649	16.132 16.132

A movimentação consolidada é:

	Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2016	Adições	Baixa	Transferência	<u>Amortização</u>	Combinação de negócio (ii)	Saldo líquido em 31/12/2017	
Ágio	330.844	_	_	(7.263)	-	(4.965)	318.616	
Marcas e patentes	143.116	-	-	` -	-	` -	143.116	
Licença	55.595	-	-	7.263	-	4.563	67.421	
Carteira de clients	10.450	-	-	-	(10.048)	5.234	5.636	
Acordo de não competição	-	-	-	-	(370)	2.098	1.728	
Softwares	22.770	13.341	(148)	-	(9.089)	-	26.874	
Outros	6.357	6.172	(63)	38	(3.839)	-	8.665	
Total	569.132	19.513	(211)	38	(23.346)	6.930	572.056	

	Consolidado								
	Saldo						Perda		Saldo
	líquido em			Transfe- rência	Reclassi-	Amorti-	ao valor recuperável	Combinação de negócio	líquido em
	31/12/2015	<u>Adições</u>	Baixa	<u>(i)</u>	ficação	zação	de ativos	(ii)	31/12/2016
Ágio	244.642	-	-	-	-	-	(19.000)	105.202	330.844
Marcas e patentes	121.956	-	-	-	-	-	-	21.160	143.116
Licença	54.600	-	-	-	-	-	-	995	55.595
Carteira de clientes	12.384	-	-	-	-	(8.887)	-	6.953	10.450
Softwares	16.109	8.409	(21)	2.473	(6)	(6.028)	-	1.834	22.770
Outros	2.913	4.818	(24)	251	6	(2.266)	-	659	6.357
Total	452.604	13.227	(45)	2.724		(17.181)	(19.000)	136.803	569.132

⁽i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado em andamento para melhor apresentação dos saldos.

13.1 Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

T. k	IMEC	USTJ	HSM	SOCIESC	FACEB	ACAD	Politécnico	OUTRAS	TOTAL
Intangíveis amortizáveis: Carteira de clientes	_	2,450	_	_	1.918	884	384	_	5.636
Acordo de não competição	-	-	-	-	1.728	-	-	-	1.728
Mailing List									
Total		2.450			3.646	884	384		7.364
Intangíveis não amortizáveis:									
Marcas e patentes	24.380	34.900	59.872	21.160	-	-	-	2.804	143.116
Licença	-	54.600	-	3.787	7.255	-	1.779	-	67.421
Ágio	29.825	174.445	21.370	45.104	28.721	2.283	16.867	1	318.616
Total	54.205	263.945	81.242	70.051	35.976	2.283	18.646	2.805	529.153
Total Geral	54.205	266.395	81.242	70.051	39.622	3.167	19.030	2.805	536.517

13.2 <u>Alocação de intangíveis não amortizáveis às Unidades Geradoras de Caixa</u>

O ágio, licenças, marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Educação	445.628	444.690	
Outros negócios	83.525	84.865	
	<u>529.153</u>	529.555	

⁽ii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes do ajuste da combinação de negócios proveniente da aquisição da Sociesc, FACEB, ACAD e Politécnico.

Em 31 de dezembro de 2017, ágio, marcas e licença foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment"):

(i) Para a UGC de Educação, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração que está amparado pelo histórico financeiro da companhia, além da taxa de desconto de 14% ao ano, que foi embasada em premissas bibliográficas e ponderadas com premissas de mercado. O cálculo considera 5 anos de projeção de fluxo específico, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento de 4,5% ao ano. A inflação considerada foi de 4% ao ano. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

- Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2022 de 8,4% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Campus Maduros, nos quais já temos cursos mais consolidados e por consequente uma limitação de espaço e perspectivas de crescimento conservadoras; b) Campus em amadurecimento, que já passaram por investimentos iniciais e estão em fase de expansão; c) Campus recém-criados em que se estima conforme Business Plan e perspectivas de mercado estimativas de crescimento mais arrojadas.
- Crescimento dos gastos a uma taxa de 6,5% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação conforme cenários supracitados de acordo com a estrutura de cada unidade. Com isso a margem bruta sairá de 42,9% em 2017 para 50,7% em 2022 e a margem operacional sairá de 29,2% em 2017 para 36,3% em 2022, o que a Administração considera alcançável.
- (ii) Para a UGC de Outros Negócios, o valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 14,7% ao ano, baseado nos cálculos realizados tendo em consideração as premissas bibliográficas. As projeções explícitas foram elaboradas para o período de nove anos, compreendido entre 2018 e 2026. O valor residual após o sétimo ano foi calculado considerando o conceito de perpetuidade (modelo de Gordon) e a taxa de crescimento na perpetuidade foi ajustada de acordo com expectativa de longo prazo para o crescimento da economia e do negócio. Essa taxa foi estimada em 5,3% que representa a inflação de longo prazo do IPCA e metade do crescimento real estimado para o PIB.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso desta UGC foram:

Crescimento da receita para os exercícios de 2018 a 2026 de 9,9% ao ano com base em nosso plano de negócio que considera: a) Crescimento moderado de nossa unidade de negócio relacionada a eventos, b) Expansão com ganhos de market share e consolidação da unidade de negócio de educação corporativa, passando a atender também um público de média gerência, antes atendido pela ACAD e c) Expansão e consolidação da unidade de negócio digital relacionado à curadoria de conteúdo, aproveitando os materiais desenvolvidos nos eventos, as reportagens da Revista HSM e de livros editados com o selo HSM.

Crescimento dos gastos a uma taxa de 7,4% ao ano considerando ganhos de escala que serão obtidos com a maturação das atividades, os ganhos de escala pela absorção das atividades da ACAD. Com isso a margem bruta sairá de 49.7% em 2017 para 59,5% em 2026 e a margem operacional sairá de -10,2% em 2017 para 23,3% em 2026, o que a Administração considera alcançável dado os cenários e perspectivas de mercado.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2017.

14. FORNECEDORES

Composto substancialmente por aluguéis, fornecedores de informática, serviços, materiais de consumo e obras de infraestrutura. O saldo em aberto na controladora e consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é, respectivamente, de R\$5.648 (R\$4.032 em 31 de dezembro de 2016) e R\$33.773 (R\$23.688 em 31 de dezembro de 2016).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora							
	3	31/12/2017		31/12/2016				
		Não						
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
Moeda nacional								
HSBC	1.077	_	1.077	4.329	1.073	5.402		
Santander	6.144	24.827	30.971	14.375	18.401	32.776		
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133		
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325		
Outros empréstimos	417	9.061	9.478	344	3.987	4.331		
Moeda estrangeira								
HSBC - Linha 4131	-	_	-	47.335	_	47.335		
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823		
Total	36.238	215.035	251.273	99.824	230.301	330.125		
			Conso	lidado				
		31/12/2017	201130		31/12/2016			
		Não		Não				
	Circulante	<u>circulante</u>	Total	Circulante	<u>circulante</u>	Total		
Maada wasiawal								
Moeda nacional Banco do Brasil	5.478	5.455	10.933	6.090	10.909	16.999		
HSBC	7.173	1.644	8.817	17.178	7.560	24.738		
Santander	9.552	24.827	34.379	18.345	21.797	40.142		
Caixa Geral	627	-	627	2.508	625	3.133		
IFC	3.637	139.080	142.717	6.245	139.080	145.325		
Outros empréstimos	1.709	10.233	11.942	1.737	6.400	8.137		
Moeda estrangeira								
HSBC - Linha 4131	_	_	_	47.335	_	47.335		
Itaú - Linha 4131	24.336	42.067	66.403	24.688	67.135	91.823		
Total	52.512	223.306	275.818	124.126	253.506	377.632		

As principais condições estabelecidas em contrato são como segue:

	Consolidado					
	Garantias	Taxa media de juros (anual)	Inde- xador	Data de início	Data de término	
Capital de giro moeda nacional	25% a 100% dos recebíveis de alunos e aval cruzado com empresas do grupo	1,80% a 3,59%	CDI	28/10/2010	29/05/2023	
Capital de giro moeda estrangeira	Notas promissórias e aval cruzado com empresas do grupo	2,78%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020	
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024	
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / 30% dos recebíveis de alunos	7,00% a 20,02%	-	05/11/2014	15/01/2026	
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	12,00% a 15,90%	TR	28/10/2009	28/10/2019	
Outros empréstimos	100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,5% a 5,50%	TJLP	23/03/2011	15/12/2023	

^(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 30.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a..

Os empréstimos e financiamentos referem-se, basicamente, a capital de giro utilizado para financiar as operações da Sociedade e de suas controladas.

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") definidas contratualmente, em 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Indice <u>Requerido</u>
Liquidez corrente (i)	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA (ii)	< 2,75
EBITDA/Despesa financeira líquida (iii)	> 1,3

- (i) Liquidez corrente = Ativo circulante dividido pelo passivo circulante.
- (ii) Dívida financeira líquida = Somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos menos saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras.

(iii) EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

As análises supracitadas têm periodicidade trimestral e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas atenderam todas as cláusulas restritivas mencionadas acima.

Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

_	Controlad	ora	Consolidado		
	31/12/20	17	31/12/2017		
	Cronograma	Valor	Cronograma	Valor	
	de Pagamento	Nominal	de Pagamento	Nominal	
2019	57.508	77.572	65.589	98.216	
2020	48.998	66.683	49.056	77.512	
2021	32.172	43.913	32.216	52.518	
Após 2021	76.357	94.117	76.445	137.704	
Total	215.035	282.285	223.306	365.950	
_	Controlad	ora	Consolida	ado	
	31/12/20	16	31/12/2016		
	Cronograma	Valor	Cronograma	Valor	
_	de pagamento	nominal	de pagamento	nominal	
2018	29.860	66.278	45.222	86.022	
2019	53.690	86.035	61.342	94.183	
2020	47.491	72.103	47.550	71.445	
Após 2020	99.260	142.848	99.392	139.996	
Total	230.301	367.264	253.506	391.646	

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	2.706	1.883	16.781	18.603
Provisão de férias	5.815	3.913	31.583	25.408
INSS	1.058	712	9.982	10.246
FGTS	392	262	3.444	3.363
Outros	94	83	774	739
Total	10.065	6.853	62.564	58.359

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	1.063	874	12.141	11.762
ISS	40	49	4.042	1.895
PIS e COFINS	102	121	706	635
Outros	56	14	596	480
Total	1.261	1.058	17.485	14.772

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Adiantamentos de alunos (a)	8.352	12.902	
Faturamento antecipado de clientes (b)	4.734	2.644	
Projetos de pesquisa (c)	3.121	2.393	
Outros	1.321	1.238	
Total	17.528	19.177	

- (a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Ideal Invest S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre a Ideal Invest S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 90% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.
- (c) Referem-se a recursos provenientes de convênios firmados entre empresas governamentais e a Brasil, UNIMONTE, IMEC e Politécnico para cobertura dos custos na execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e capacitação científica e tecnológica. Esses adiantamentos são reconhecidos à medida que esses projetos são incorridos, possuindo a seguinte composição:

	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016
CEMIG	1.531	1.217
FAPEMIG	494	394
Embaixada Britânica	405	405
Petrocoque	151	151
Apexbrasil	468	157
Settaport	50	50
Outros	22	19
Total Geral	3.121	2.393

19. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
FGTS (a)	2.718	2.802	
ORDINÁRIO - RFB	84	1.607	
REFIS IV	283	367	
Outros parcelamentos	54	244	
Total	3.139	5.020	

	Conso	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Passivo circulante	129	550		
Passivo não circulante	3.010	4.470		

(a) FGTS: Referem-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IMEC junto a Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte passou a recolher os valores remanescentes através de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

Em maio de 2017 a Sociedade e sua controlada Brasil entraram com débitos reconstituídos por cancelamento de PERDCOMP e débitos de INSS autuados e ora discutidos judicialmente, no parcelamento PRT (Programa de Regularização Tributária - MP 766 – IN 1.687), onde tal programa permitiu quitação da suposta dívida, sendo 80% do saldo compensado com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015 próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico e recolhimento de 20% do saldo da dívida em espécie. No parcelamento da Sociedade, o efeito contábil foi aumento do ativo a recuperar, pelo cancelamento dos PERDCOMP e inclusão dos débitos no parcelamento. Na controlada Brasil, R\$ 3.073 foram lançados na conta de provisão para riscos no resultado e R\$ 4.018, baixados na conta de provisão para riscos no passivo.

Em outubro de 2017 as controladas Unimonte, Politécnico e USJT entraram com pedidos de parcelamento no PERT (Programa Especial de Regularização Tributária – LEI 13.496) decorrente respectivamente dos seguintes assuntos: (i) parcelamentos de supostos débitos junto a Secretária da Receita Federal, (ii) previdenciários parcelamento pela lei 11.941 e (iii) desistência de processos administrativos relacionados a PERDCOMPS. O programa de parcelamento de débitos permitiu a quitação desses valores que estavam sendo discutidos administrativamente, sendo pagamento de 5% da dívida em espécie, redução de multa e juros e quitação do restante com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015, próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico. Para as controladas Unimonte e Politécnico, R\$ 518 foi lançado como ganho de multa e juros no resultado financeiro e, R\$ 920 baixado da conta de parcelamentos pois são provenientes de débitos já parcelado em outros programas. Na controlada USJT não houve impacto no resultado uma vez que tratava de dívida dos vendedores. O valor quitado de R\$2.370 foi ressarcido pelos vendedores.

Para os parcelamentos na modalidade PRT e PERT, nenhuma das empresas citadas acima ficou com saldo a pagar, uma vez que todo o saldo devedor foi quitado com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais estão refletidos na conta de imposto de renda e contribuição social no resultado da Sociedade, uma vez que não havia registro contábil dos impostos diferidos sobre tais créditos tributários.

Segue abaixo resumo os valores do parcelamento:

Parcelamento	Entidade	Dívida total	Redução de multa e juros	Liquidação em espécie	Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa
PRT	GAEC	11.739	-	(2.348)	(9.391)
PRT	BRASIL	7.091	-	(1.418)	(5.673)
PERT	Unimonte	438	(272)	(23)	(143)
PERT	Politécnico	1.000	(246)	(754)	· -
PERT	USJT	4.829	(2.459)	(241)	(2.129)
Total		25.097	(2.977)	(4.784)	(17.336)

20. TÍTULOS A PAGAR

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Aquisição da Sociesc	32.391	31.839	
Aquisição da FACEB	21.959	22.653	
Aquisição do Politécnico	17.013	17.692	
Aquisição da ACAD	917	1.500	
Total	72.280	73.684	
Passivo circulante	11.141	9.133	
Passivo não circulante	61.139	64.551	
	Conso	lidado	
	31/12/2017	31/12/2016	
2018	-	11.556	
2019	9.788	9.171	
2020	9.342	9.041	
2021	8.550	10.024	
Após 2021	33.459	24.759	
Total	61.139	64.551	

Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 5.

21. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Administração acompanha o andamento dos processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para que todos os processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas controladas, são garantidas por contrato pelos vendedores, que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos. Estes valores compõem a provisão para riscos em R\$ 8.622, sendo R\$ 8.399 de processos trabalhistas e R\$ 223 de processos cíveis.

·	·	Provisão para riscos						
	_	Control		lidado				
	-			Conso				
	_	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			
Provisões trabalhistas (a)		1.309	1.290	35.829	31.912			
Provisões tributárias (b)		_	_	49.304	56.000			
Provisões cíveis (c)		-	-	3.147	10.561			
Total	-	1.309	1.290	88.280	98.473			
	=							
A movimentação das pr	ovisões da c	ontroladora fo	oi como segue	:				
		31/12/201	6 Reversão	Atualização	31/12/2017			
Trabalhista (a)		1.29	90 (69)	88	1.309			
Total		1.29	0 (69)	88	1.309			
	31/12/2015	Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2016			
Trabalhista (a)	2.328	(714)	(439)	115	1.290			
Total	2.328	(714)	(439)	115	1.290			

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2016	Combinação de Negócio (d)	Adições	Paga- mentos	Atuali- zação	Reclassi- ficação	Compen- sação depósitos judiciais	Compen- sação (e)	Contin- gencias vendedores	31/12/2017
Trabalhistas (a) Tributárias (b) Cíveis (c) Total	31.912 56.000 10.561 98.473	(2.800)	1.156 3.192 2.391 6.739	(4.808) (1.415) (7.514) (13.737)	497 - - 497	502 - 502	(1.829) - (2.514) (4.343)	(5.673) - (5.673)	8.399 223 8.622	35.829 49.304 3.147 88.280
		31/	12/2015	Combinação de Negócio (d)	Adiçõe Revers	.,		Reclassi- ficação	Compen- sação depósitos judiciais	31/12/2016
Trabalhistas (a) Tributárias (b) Cíveis (c) Total			43.844 200 2.048 46.092	2.709 51.900 1.860 56.469	(1.98 4.19 8.6 10.7	42 [°] (2 29 (1.2	242) - 295) -	1.034 - - 1.034	(2.094) - (681) (2.775)	31.912 56.000 10.561 98.473

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se principalmente aos riscos de lides com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanham tal demanda judicial o risco de perda inerente à mesma é "possível", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão respectivamente complemento ou reversão de tal provisão.
- (c) As provisões cíveis referem-se principalmente a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações dentre outras.
- (d) A Sociedade e seus consultores revisaram no primeiro trimestre de 2017 a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Sociesc, gerando um ajuste de R\$ 2.800 a menor após a avaliação finalizada.
- (e) Compensação referente adesão ao PRT (Programa de Regularização Tributária MP 766 IN 1687).

Processos classificados como possíveis:

	Conso	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Trabalhistas	22.056	9.015		
Tributária	157.929	150.946		
Cíveis	25.015	11.632		
Total	205.000	171.593		

Também existem alguns processos possíveis existentes antes da aquisição que possuem as mesmas garantias mencionadas nas contingências provisionadas. Os valores compõem as contingências possíveis no total de R\$ 8.307, sendo R\$ 7.940 de processos trabalhistas e R\$ 367 de processos cíveis.

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais				
	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Trabalhistas (a)	46	34	12.672	11.521	
Tributárias (b)	-	-	20.107	16.590	
Cíveis (c)			14.608	8.181	
Total	46	34	47.387	36.292	

A movimentação	dos depósitos	iudiciais do	consolidado foi	como seque:
	p	J		

	<u>3</u>	1/12/2016	Adições	Resgate	Compensaçã contingência		lização_	31/12/2017
Trabalhistas		11.521	3.214	(602) (1.82	9)	368	12.672
Tributárias		16.590	2.066	-		-	1.451	20.107
Cíveis		8.181	8.694	(37	(2.51	4)	284	14.608
Total	_	36.292	13.974	(639		3)	2.103	47.387
	31/12/2015	<u>Adições</u>	Combi- nação de negócio	Baixa	Compensação contingência	Atuali- zação	Realo- cação	31/12/2016
Trabalhistas	10.699	3.889	548	(2.012)	(2.094)	195	296	11.521
Tributárias	10.264	4.741	-	-	-	1.585	-	16.590
Cíveis	6.952	3.106	291	(1.071)	(681)	(120)	(296)	8.181
Total	27.915	11.736	839	(3.083)	(2.775)	1.660		36.292

22. 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto por 80.944.571 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ambas correspondente a R\$496.411, cuja composição é como segue:

	Ações Oi	<u>Ações Ordinárias</u>			
	31/12/2017	31/12/2016			
Total de ações em circulação	79.756.582	80.027.482			
Ações em tesouraria	1.187.989	917.089			
Total geral de ações	80.944.571	80.944.571			

b) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva de capital é de R\$ 6.618 (R\$6.533 em 31 de dezembro de 2016). O saldo refere-se principalmente à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota explicativa n° 29.2

c) Ações em tesouraria

Em 2017 a Sociedade recomprou 270.900 ações ordinárias no montante de R\$4.261 a um custo médio de R\$ 15,73 reais (2.565.00 ações ordinárias no montante de R\$27.622 em 2016 a um custo médio de R\$10,77 reais), com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ações em tesouraria é de 1.187.989 ações ordinárias no montante de R\$14.213 (917.089 ações ordinárias no montante de R\$9.952 em 31 de dezembro de 2016)

d) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada as reservas de capital ultrapassam 30% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o saldo de reserva legal é de R\$ 18.678 (R\$ 14.420 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Reserva de retenção de lucros

É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva de retenção de lucros é de R\$ 258.513 (R\$ 197.846 em 31 de dezembro de 2016).

e) <u>Dividendos</u>

Conforme o estatuto social da Sociedade é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade registrou o montante de R\$ 20.224 (R\$ 4.951 em 31 de dezembro de 2016) a serem confirmados por deliberação pela assembleia geral dos acionistas.

f) Ágio em transação de capital

Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (ágio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

g) <u>Lucro por ação</u>

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) <u>Lucro básico por ação:</u>

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Contro	oladora
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício	85.152	20.845
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	79.882	80.400
Lucro básico por ação ordinária - R\$	1,07	0,26

(ii) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade tem apenas um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de até 900 mil ações da Sociedade, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa nº 28.

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores	85.152	20.845	
Quantidade média ponderada de ações Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	79.882 900	80.400 835	
	80.782	81.235	
Lucro diluído por ação - R\$	1,05	0,26	

23. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa tem como foco a concessão de bolsas de estudos a estudantes, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até três salários-mínimos, em cursos de graduação e seguenciais de formação específica.

Assim, mediante a assinatura do termo de adesão e em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. As controladas da Sociedade oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do imposto de renda, contribuição social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, citada acima. Esta isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação. Esta isenção é renovada semestralmente através da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.

O número de bolsas oferecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está de acordo com as regras do PROUNI relacionadas ao mínimo de alunos por vaga, conforme determinado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

24. RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora Consol			idado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receita bruta de produtos e serviços Receita FIES líquida	2.775	2.819	1.299.447 335.921	1.037.660 367.656	
Descontos em mensalidades	_	_	(535.462)	(398.674)	
Impostos sobre faturamento	(293)	(300)	(28.770)	(21.824)	
Comissões (a)	-	-	(27.974)	(27.812)	
Ajuste a valor presente			2.512	3.428	
Receita líquida	2.482	2.519	1.045.674	960.434	

(a) Referem-se a comissão retida pelos financiamentos FIES (FGEDUC e agente financeiro), Pravaler e pólos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Sociedade, conforme abaixo demostrado:

	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016
Gratuidade PROUNI	(241.216)	(214.174)
Bolsas e descontos concedidos	(267.504)	(154.718)
Pós-graduação	(3.966)	(3.989)
Convênios com empresas	(8.068)	(4.987)
Devoluções, abatimentos e outros	(14.708)	(20.806)
Total	(535.462)	(398.674)

25. RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Propaganda e publicidade Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.218)	(1.839)	(38.041)	(29.840)
(nota explicativa nº 7)	-	-	(46.169)	(45.554)
Impostos e taxas	(280)	(1.860)	(2.953)	(4.714)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis				
(nota explicativa nº 21)	(19)	599	(7.236)	(12.060)
Outras receitas operacionais	6.593	3.733	3.019	4.442
Receita com aluguel de salas e lojas	-	-	7.005	5.176
Despesas com pessoal (a)	(11.653)	(7.505)	(584.525)	(543.226)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(3.167)	(4.498)	(66.253)	(59.147)
Despesas com aluguel e ocupação	(392)	(95)	(95.713)	(92.671)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 12)	(1.278)	(928)	(27.948)	(24.940)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 13)	(6.798)	(3.886)	(23.346)	(17.181)
Provisão perda valor recuperável de ativos	-	(10.300)	-	(19.000)
Manutenção	(333)	(227)	(16.994)	(14.108)
Deslocamentos	(1.274)	(1.031)	(15.479)	(9.649)
Outras despesas	(834)	(453)	(44.464)	(41.873)
Total	(21.653)	(28.290)	(959.097)	(904.345)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(23.298)	(16.912)	(651.445)	(611.583)
Despesas comerciais	(2.218)	(1.839)	(84.210)	(75.394)
Despesas gerais e administrativas	(2.432)	(1.712)	(223.282)	(191.213)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	6.295	(7.827)	(160)	(26.155)

- (a) O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.
- (b) O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, manutenção, deslocamentos, ocupação e outras.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

A Administração da Sociedade optou por organizar o Grupo com base nos dois diferentes segmentos de serviços prestados como segue:

a) Ensino - Atividade atrelada às controladas Brasil, IMEC, UNA, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, FACEB e Politécnico, que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino em nível fundamental, médio e superior e de aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

b) Outros Negócios - Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil, Brasil e Sociesc focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, prestação de serviços de testes e análises técnicas, laboratórios de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, de materiais, de fundição e ferramentaria.

A alocação de ativos e despesas através de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Sociedade, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e por esse motivo tais gastos não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

	31/12/2017					
		Conso	lidado			
			Parcela			
	Ensino	Outros Negócios	não alocada	Total		
RECEITA LÍQUIDA	984.806	60.815	-	1.045.621		
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(615.529)	(35.882)		(651.411)		
LUCRO BRUTO	369.277	24.933		394.210		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Comerciais Gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial Corporativo Outras (despesas) receitas operacionais	(77.388) (101.006) - - (220)	(4.669) (27.202) (404) 	- - - (97.239) -	(82.057) (128.208) (404) (97.239) (129)		
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO Resultado financeiro Resultado financeiro corporativo	190.663 9.079	(7.251) (671) 	(97.239) - (46.262)	86.173 8.408 (46.262)		
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	199.742 1.301	(7.922) 5.921	(143.501) 29.611	48.319 36.833		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	201.043	(2.001)	(113.890)	85.152		

	31/12/2016					
		Conso	lidado			
			Parcela			
	Ensino	Outros Negócios	não alocada	Total		
RECEITA LÍQUIDA	914.124	46.310	-	960.434		
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(579.639)	(31.944)		(611.583)		
LUCRO BRUTO	334.485	14.366		348.851		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Comerciais Gerais e administrativas Corporativo Outras despesas operacionais	(70.682) (114.267) (5.261)	(2.727) (16.088) - (19.366)	(64.370) (1)	(73.409) (130.355) (64.370) (24.628)		
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO Resultado financeiro Resultado financeiro corporativo	144.275 7.709	(23.815) (1.214)	(64.371) (2.313) (40.953)	56.089 4.182 (40.953)		
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	151.984 1.525	(25.029)	(107.637) (1)	19.318 1.527		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	153.509	(25.026)	(107.638)	20.845		

A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do grupo, realizadas pela GAEC.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	1.618	10.331	14.394	22.790
Receita com juros de mensalidades	_	-	11.116	10.987
Variação cambial ativa	1	8	132	155
Variação cambial de empréstimos	799	45.520	799	45.520
Ganho com derivativo realizado	-	2.406	-	2.406
Correção monetária	247	751	7.848	15.813
Desconto obtido	29	13	2.067	1.684
Outros	2.604	<u>-</u>	1.810	1.198
Total	2.694	59.029	38.166	100.553
Despesas financeiras:				
Despesa de juros com empréstimos	(24.509)	(50.283)	(28.782)	(60.487)
Juros de financiamento Pravaler	-	-	(18.178)	(13.415)
Descontos financeiros concedidos a alunos	-	-	(3.117)	(2.541)
Despesa com derivativo	(12.470)	(47.926)	(12.470)	(47.926)
Variação cambial passiva	(8)	(7)	(502)	(130)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	-	-	(8.325)	(8.706)
Despesa Bancária	(308)	(1.597)	(344)	(1.806)
Outros	(3.327)	(169)	(4.302)	(2.313)
Total	(40.622)	(99.982)	(76.020)	(137.324)
Resultado financeiro	(37.928)	(40.953)	(37.854)	(36.771)

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Remuneração variável – A Sociedade e suas controladas Brasil, IMEC, Unimonte e USJT possuem o programa Compostella, que tem por objetivo oferecer remuneração variável à liderança, desde que a instituição alcance suas metas globais e cada liderança atinja suas metas individuais. Não houve pagamento deste benefício para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

<u>Benefício alimentação</u> - A Sociedade e suas controladas oferecem duas opções a seus colaboradores: cartão refeição ou cartão alimentação, à exceção da Unimonte, que oferece apenas a opção de alimentação e a Sociesc, que oferece apenas a opção de refeição. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram gastos com esse benefício R\$ 9.342 (R\$ 8.353 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

<u>Plano de saúde e odontológico</u> - A Sociedade e suas controladas oferecem plano de saúde e odontológico aos colaboradores com regime de coparticipação, conforme critérios definidos em sua política. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o gasto foi de R\$ 9.753 (R\$8.648 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

<u>Bolsa de estudo</u> – A Sociedade e suas controladas oferecem a todos os colaboradores bolsas que variam de 50% a 100% de acordo com a faixa salarial, curso escolhido e rendimento escolar e podem ser endossadas para um dependente legal de cada vez. Adicionalmente os cônjuges e filhos podem usufruir de uma bolsa de 50% e a Comunidade Anima (demais familiares dos colaboradores), tem bolsa de 30%. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram disponibilizados R\$23.231 referente à bolsa de estudo aos colaboradores e seus dependentes (R\$19.938 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

<u>Auxílio creche</u> – A Sociesc oferece aos seus colaboradores o valor de até 50% do salário mínimo para os colaboradores com filho até 1 ano de idade, matriculados em creche particular, a USJT oferece 100% do auxílio creche aos seus empregados.

<u>Auxílio transporte</u> – A Sociesc oferece aos seus diretores corporativos e diretores de unidades auxílio transporte mensal e também cartão combustível e pedágio.

<u>Assistência funeral</u> – A Sociesc oferece aos seus colaboradores auxílio funeral, onde em caso de morte do colaborador, os filhos maiores de 14 anos possuem direito a assistência funeral e indenização no valor de R\$ 5 e para os filhos menores de 14 anos possuem direito somente a assistência funeral no valor máximo de R\$ 5.

<u>Previdência privada</u> – A Sociesc oferece aos seus colaboradores plano de previdência privada contratado junto ao Bradesco, com contribuição de até 70%, limitado a 10% do salário do colaborador, com vencimentos acima de R\$ 7 e contribuição de 100% para os colaboradores com vencimentos abaixo de R\$ 7. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram gastos R\$ 325 com esse benefício (R\$704 em exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

<u>Seguro de vida</u>: A HSM Brasil oferece seguro de vida sem desconto ao seu colaborador sem nenhuma coparticipação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas não possuem planos de benefícios pós emprego na modalidade de benefício definido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

					Controlador	a			
			31/12/2017	7			31/12/2016		
	Ativ	/0	Pass	ivo	Resultado	Ativo	Pass	ivo	Resultado
	Contas a receber	Mútuos	Fornece- dores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Fornece- dores	Mútuos	Receitas
Brasil	13.634	-	589	-	2.062	4.672	380	-	2.095
IMEC	3.910	-	452	-	-	3.219	292	-	-
USJT	-	-	-	-	-	2.832	91	-	-
Unimonte	3.857	-	406	3.577	713	1.270	258	22	724
SOCIESC	-	9.576	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Anima	-	315	-	-	-	-	-	-	-
FACEB	2.954	-	-	-	-	-	-	-	-
Politécnico	1.717	-	-	-	-	-	-	-	-
HSM Brasil	834	-	246	-	-	144	73	-	-
Outros	34		70		<u> </u>	68	70		
Total	26.940	9.891	1.763	3.577	2.775	12.205	1.164	22	2.819

		Consolidado									
		31/1	12/2017								
	Ativ	0	Passivo	Resultado	Ativo		Passivo	Resultado			
	Contas a receber	Mútuo	Fornece- dores	Despesas	Contas a receber	Mútuo	Fornece- dores	Despesas			
Santa Antonieta Gestão Patrimonial (a)	-	-	310	3.685	-	-	-	3.482			
Instituto Anima	-	333	-	-	32	147	-	-			
Virtual Total	36 36	333	310	3.685	36 68	147		3.482			

⁽a) Refere-se ao aluquel do Campus Aimorés utilizado pela Brasil

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e conselheiros da Sociedade.

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo	4.068	3.649	11.290	11.186
Benefícios de longo prazo	-	-	-	5.288

29.2 Remuneração baseada em ações

Com o objetivo da permanência do principal executivo da Sociesc, a Sociedade pactuou um contrato de bonificação em ações sujeito ao atingimento de metas financeiras, operacionais, desempenho acadêmico e gestão de pessoas para os próximos cinco anos a partir de 2016, que poderão resultar na bonificação de até 900 mil ações da Sociedade (ANIM3).

As ações outorgadas serão liquidadas exclusivamente com instrumentos patrimoniais (ações da Sociedade) e a Sociedade não possui obrigação de alterar a liquidação para pagamento em dinheiro.

O valor justo das ações concedidas é reconhecido na despesa na rubrica "despesas com pessoal" e a contrapartida está registrada na rubrica "reserva de capital" no patrimônio líquido.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Sociedade e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) Risco de liquidez – é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Sociedade e suas controladas gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas.

		Consoli	dado	
	Menos de	Entre	Acima de	
	1 ano	1 e 2 anos	2 anos	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017: Empréstimos e financiamentos	F2 F42	444.645	100.551	275.040
(nota explicativa nº 15.)	52.512	114.645	108.661	275.818
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	4.941	2.616	-	7.557
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	33.773	-	-	33.773
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	11.141	19.130	42.009	72.280
Em 31 de dezembro de 2016: Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15.)	124.126	106.564	146.942	377.632
Derivativos (nota explicativa nº 30.1 C)	13.061	_	9.641	22.702
Fornecedores (nota explicativa nº 14.)	23.688	-	_	23.688
Títulos a pagar (nota explicativa nº 20.)	9.133	20.728	43.823	73.684

- (b) Risco de crédito É o risco que a Sociedade e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Sociedade constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.
 - (i) Contas a receber: A Sociedade e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Em 2016 a Sociedade criou financiamentos através dos programas Ampliar e Pravaler (nota explicativa nº 7), onde o aluno paga entre 33% e 65% de sua mensalidade e o restante após formado até o dobro do tempo do curso. Para esta carteira a Sociedade adotou percentuais de perda mais conservadores onde o título a vencer possui uma provisão de 40% e 100% para os títulos vencidos a mais de 90 dias.

(ii) <u>Instrumentos financeiros:</u> A Sociedade restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como seque:

	Notas	Notas <u>Controladora</u>			Consolidado		
	Explicativas	xplicativas 31/12/2017 31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016		
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.992	8.663	33.918	39.568		
Aplicações financeiras	6	-	7.003	81.994	141.931		
Contas a receber	7	26.940	12.205	247.030	285.603		
Adiantamentos diversos	8	1.367	1.532	42.096	49.804		
Créditos com partes relacionadas	29	9.891		333	147		
Total		41.190	29.403	405.371	517.053		

- (c) Risco de mercado é o risco que a Sociedade e suas controladas possuem, de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.
 - (i) Risco de câmbio A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação atende aos critérios de designação do hedge, na qual foi designada como hedge de valor justo. Desde o início de sua contratação e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o hedge está sendo efetivo em relação à exposição do valor justo às variações da taxa cambial em 99%. O empréstimo foi ajustado em R\$ 1.951 no mesmo momento em que o valor justo do *SWAP* de variação cambial, ambos reconhecidos no resultado.

Adicionalmente a controlada HSM realiza operações de "compra" de moeda a termo (NDF – Non Deliverable Foward), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Sociedade pelo seu valor justo e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a operação está liquidada.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e Consolidado									
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$mil)	Taxa contratada	Taxa SWAP		
28/08/2015 Total	26/08/2020	20.599 20.599	68.353 68.353	3,5600	7.557 7.557	2,788% a.a.	CDI + 1,00% a.a.		
Passivo circulante Passivo não circulante					4.941 2.616 7.557				

A Administração da Sociedade mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

(ii) <u>Risco de juros</u> - A Sociedade possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

		Conso	lidado
	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras:			
Certificado de Depósito Bancário - CDI	6	(81.994)	(141.931)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Intermediário - CDI	15	260.399	361.992
Derivativos	30.1	7.557	22.702
TJLP e TR	15	2.313	3.485
Outros (i)	15	13.106	12.155
Títulos a pagar:			
INPC	20	33.308	33.339
Média INPC/IGPM/IPCA	20	21.959	22.653
TR	20	17.013	17.692
Total		245.231	299.822

⁽i) Empréstimos e financiamentos sem indexador.

30.2 Gestão de capital

A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota	Contro	ladora	Conso	olidado	
	explicativa	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
	15	251 272	220 125	275 010	277 (22	
Empréstimos e financiamentos Derivativos	15 30.1	251.273 7.557	330.125 22.702	275.818 7.557	377.632 22.702	
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2.992)	(8.663)	(33.918)	(39.568)	
Aplicações financeiras	6	<u>-</u> _	(7.003)	(81.994)	(141.931)	
Dívida (caixa) líquido		255.838	337.161	167.463	218.835	
			·	·		
Patrimônio líquido	22	683.353	635.692	683.353	635.692	
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		270/		250/	2.40/	
Indice de alavancagem financeira		37%	53%	25%	34%	

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos e financiamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, devido a tais empréstimos e financiamentos possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos futuros dos empréstimos e financiamentos utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa nº 15), posteriormente trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações ocorridas no final de cada exercício, que estão em conformidade com as taxas utilizadas pelo mercado em cada uma das datas e modalidade de captação. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 foi de 9,16% (15,82% em 31 de dezembro de 2016).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora					
		31/12	/2017	31/12	/2016		
	Nota	Valor	Valor	Valor	Valor		
	explicativa	justo	contábil	justo	contábil		
Passivos financeiros líquidos							
Empréstimos e financiamentos	15	253.754	251.273	330.077	330.125		
Derivativos	30.1	7.557	7.557	22.702	22.702		
Total		261.311	258.830	352.779	352.827		
			Conso	lidado			
		31/12	/2017	31/12	/2016		
	Nota	Valor	Valor	Valor	Valor		
	explicativa	justo	contábil	justo	contábil		
Passivos financeiros líquidos							
Empréstimos e financiamentos	15	279.912	275.818	372.776	377.632		
Derivativos	30.1	7.557	7.557	22.702	22.702		
Títulos a pagar	20	72.280	72.280	73.684	73.684		
Total		360.274	355.655	469.162	474.018		

(b) <u>Hierarquia do Valor Justo</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Contas a receber de clientes Contrapartes sem classificação externa de crédito	26.940 26.940	12.205 12.205	247.030 247.030	285.603 285.603	

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2017	<u>11/12/2017</u> <u>31/12/2016</u> <u>31/12/2017</u> <u>3</u>		31/12/2016	
Conta corrente e depósitos bancários de					
curto prazo (i) AAA	25	77	1.740	2.300	
Aplicações financeiras (i) AAA	2.924	-	107.832	173.020	
Conta corrente e depósitos bancários de					
curto prazo (i) AA+	36	119	3.600	4.884	
Aplicações financeiras (i) AA+	-	15.466	2.592	1.176	
	2.985	15.662	115.764	181.380	

⁽i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 6,89%, INPC – 2,07%, IPCA – 2,95%, IGPM – (0,53%), TJLP – 7,00% e TR – 0,60%.), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Indexado	or Risco	Controlado 31/12/20 Valor	17	o no result Cenário 2 (25%)	ado Cenário 3 (50%)
Aplicações financeiras Empréstimos e financiamentos (moeda nacional) Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira) Derivativos Exposição líquida - perda	CDI CDI	Alta do CDI Alta do CDI Alta do CDI Alta do CDI Alta do CDI	(2.924) 184.870 66.403 7.557 255.906	(201) 12.738 4.575 521 17.633		(302) 19.106 6.863 781 26.448
			Consolidado 31/12/2017	Efei	to no result Cenário	ado Cenário
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1	2 (25%)	3 (50%)
Aplicações financeiras Empréstimos e financiamentos (moeda nacional) Empréstimos e financiamentos (moeda nacional) Empréstimos e financiamentos	CDI CDI TJLP/TR	Alta do CDI Alta do CDI Alta da média	(110.424) 193.996 2.313	(7.608) 13.366 88	(9.510) 16.708 110	(11.412) 20.049 132
(moeda estrangeira) Derivativos Títulos a pagar Títulos a pagar	CDI CDI INPC Média INPC/	Alta do CDI Alta do CDI Alta do INPC Alta da	66.403 7.557 33.308 21.959	4.575 521 689 329	5.719 651 862 411	6.863 781 1.034 493
Títulos a pagar Exposição líquida - perda	IGPM/IPCA TR	média Alta da TR	17.013 232.125	102 12.062	128 15.079	153 18.093

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos mais empréstimos do que aplicações.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI divulgada pela Cetip, do INPC, IPCA, IGPM divulgados pelo IBGE, TJLP divulgada pela IDG e da TR divulgada pelo BACEN, consideradas pela administração como fontes externas independentes e confiáveis.

Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial.

32. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía apólices de seguro que estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- a) Em 31 de janeiro de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Sociesc, adquiridos em combinação de negócios, gerando um efeito não caixa referente ao complemento desta alocação, no montante de R\$ 1.616;
- b) Em maio de 2017, s Sociedade cancelou alguns PERDCOMP's recompondo débitos tributários quer foram incluídos no parcelamento PRT, no montante de R\$ 8.594;
- c) Em maio de 2017, a controlada Brasil incluiu no parcelamento PRT débitos de INSS autuados e ora discutidos judicialmente, no montante de R\$ 5.246, que estavam contingenciados;
- d) Em junho de 2017 foi realizada a apuração dos ativos e passivos da Faceb, a valor justo, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 2.240;
- e) Em agosto de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da ACAD, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 1.339;
- f) Em outubro de 2017 foi revisada a apuração dos ativos e passivos a valor justo da Politécnico, gerando um efeito não caixa no montante de R\$ 2.006;
- g) Em outubro de 2017 a Sociedade integralizou capital com ativos imobilizados em sua controlada Anima Participações Ltda gerando um efeito não caixa no montante de R\$840;
- h) Para o período findo em 31 de dezembro 2017, foram compensados o montante de R\$
 4.343 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem
 afetar o caixa;
- i) A Sociedade constituiu crédito tributário com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2015. O montante constituído foi de R\$ 17.193, e com parte destes créditos realizou aumento de capital na controlada Brasil no montante de R\$ 7.803;
- j) A Sociedade e suas controlada Brasil, Unimonte, Politécnico e USJT utilizaram os créditos tributários para quitar saldos parcelados remanescentes pelo PRT e PERT, conforme nota explicativa nº 19.

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado esta demonstrada a seguir:

					Controlado Variaçõ	ora es sem caix	a	
		aldo em /12/2016	Fluxo de Caixa	Cambial	Valor Justo	Juros	Dividendos obrigatórios e prescritos	Saldo em 31/12/2017
Débito com partes relacionadas	5	22	3.555	-	-	-	-	3.577
Empréstimos e financiamentos		330.125	(100.611)	(799)	(1.951)	24.509	-	251.273
Derivativos		22.702	(29.565)	799	13.621	-	-	7.557
Dividendos a pagar		4.967	(4.951)	-	-	-	16.151	16.167
Ações em tesouraria		9.952	4.261	-	-	-	-	14.213
					solidado 'ariações se	m caiva		
				v	ariações se	Dividendos		
	Saldo em	Fluxo de		Valor		obrigatórios	Combinação	Saldo em
	31/12/2016	Caixa	Cambial	Justo	Juros	e prescritos		31/12/2017
Débito com partes relacionadas	_	9	_	_	_	_	_	9
Empréstimos e financiamentos	377.632	(127.846)	(799)	(1.951)	28.782	_	_	275.818
Títulos a pagar	73.684	(12.616)		, ,	8.325	-	2.887	69.393
Derivativos	22.702	(29.565)	799	13.621	-	-	-	7.557
Dividendos a pagar	4.967	`(4.951)	-	-	-	16.151	-	16.167
Ações em tesouraria	9.952	4.261	-	_	-	-	-	14.213

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reestruturação Societária

Em 1 de janeiro de 2018, as controladas HSM Brasil e ACAD firmaram o protocolo e justificação de incorporação, aprovando a extinção da ACAD que foi sucedida em todos os bens, direitos e obrigações pela HSM Brasil. Como a ACAD era controlada integralmente pela HSM Brasil, inexistiu substituição de participação societária, não houve emissão de novas ações da HSM Brasil e nem alteração do seu capital social.

Em 1 de janeiro de 2018, as controladas PGP Gestão e PGP Educação, aprovaram a transformação da natureza jurídica da Sociesc em sociedade simples Itda. Também foi aprovada alteração da sua denominação para Sociedade Educacional de Santa Catarina-Sociesc SS Ltda constituindo um capital social de R\$ 20 mil reais. E, em 22 de fevereiro de 2018, foi aprovada a conversão da Sociesc em sociedade anônima fechada, passando a denominar-se Sociedade Educacional de Santa Catarina-Sociesc S/A.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2018.

DIRETORIA

DANIEL FACCINI CASTANHO Diretor Presidente

GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO Diretor Financeiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARY AFONSO MOUSINHO Contadora CRC/MG 088.391/0-8